Finis Patriae e consciência de crise no Portugal contemporâneo

Autor(es): Matos, Sérgio Campos

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/36448>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_10_21

Accessed : 26-Apr-2023 11:09:36

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

crises do século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 10 • 2010

Finis Patriae e consciência de crise
no Portugal contemporâneo

Sérgio Campos Matos

Sérgio Campos Matos, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: sergiocamposmatos@gmail.com.

Fim e reinício são tópicos muito comuns na tradição cultural judaico-cristã. Para os cristãos, a vida terrena é uma passagem, à morte física segue-se a ressurreição – a redenção do ser humano. A alma permanece, é intemporal. Mas ao acentuar a ideia de pecado e o medo do juízo final, é de admitir que, entre as grandes religiões, o cristianismo – sobretudo na sua variante da Contra-Reforma, vigente após o concílio de Trento – seja uma das que mais marca o terror da morte¹. O medo de uma catástrofe final – sismo, dilúvio, queda do céu, escuridão – faz parte de uma tradição apocalíptica cristã muito recuada. Note-se, todavia, que nesta tradição escatológica não há extinção total da espécie humana: alguns sobreviventes estão destinados a trazer a renovação num mundo melhor². Por outro lado, a valorização do pecado original, que expulsou o homem do paraíso, está associada à crença de que houve uma corrupção – donde a necessidade de superar esse tempo de decadência por meio de uma regeneração. Fim e reinício são também temas fortes na cultura de elite laicizada dos finais do século XIX e princípios do século XX no mundo ocidental. Como compreender a atracção dos intelectuais por esta problemática, quando relacionada com a existência das nações e dos estados, num tempo que, de outro ponto de vista, era de secularização e laicização dessas mesmas sociedades?

No século XIX estavam em voga leituras organicistas das sociedades humanas e da sua história – o que não era novidade, na Antiguidade as metáforas do organismo já eram frequentes. Mas a cultura romântica e a transformação das práticas e atitudes perante a morte que se desenvolveram ao longo de Oitocentos³ contribuíram para que a ideia de fim sempre estivesse muito presente. Por outro lado, a confiança na razão humana e no progresso material e moral, fundamentada nas grandes conquistas científicas desse longo século, bem como no positivismo e no cientismo, parecia justificar a evolução das sociedades humanas como se de organismos vivos se tratassem. Nascimento, crescimento, apogeu, declínio e morte seriam as grandes etapas a percorrer pelos seres vivos. E também pelas sociedades⁴. Darwin fundamentara em convincentes provas científicas a teoria da evolução das espécies pela selecção natural. Admitia até a sua extinção súbita⁵. Não revelavam os fósseis isso mesmo, desde o século XVIII? Mas o transformismo darwiniano não envolvia qualquer explicação finalista da evolução das espécies, nem tão pouco qualquer princípio inato de desenvolvimento. Já a sua

¹ KERMODE, Frank – *A sensibilidade apocalíptica*. Pref. de José A. Mourão. Lisboa: Ed. Século XXI, 1997, p. 42. Agradeço a António Matos Ferreira, a António Figueira e a José Brissos as leituras e comentários que fizeram a este texto.

² LAQUEUR, Walter – *Fin de Siècle and other essays on America & Europe*. New Brunswick; Londres: Transaction Publishers, 1997, p. 9. Sobre os medos colectivos veja-se DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident*. Paris: Fayard, 1878.

³ Veja-se CATROGA, Fernando – *O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.

⁴ Alguns intelectuais advertiam que os homens – e as sociedades – não são redutíveis a meros seres orgânicos: há neles uma dimensão espiritual que sempre resiste à sua dimensão estritamente fisiológica. Mas mesmo esses autores não deixavam de recorrer ao biologismo social então muito em voga como expediente explicativo. É o caso de Antero de Quental e do seu amigo Oliveira Martins que, como se sabe, foram muito críticos em relação ao positivismo e às concepções finalistas de história.

⁵ DARWIN, Charles – *The origin of species*. Ed. Gillian Beer. Oxford; Nova Iorque: Oxford U. Press, 1998. pp. 90-104 e 256-260.

recepção pela cultura finissecular, incluindo o discurso político e as ciências humanas, acentuou por vezes em termos deterministas os tópicos da hereditariedade, da luta pela vida e da sobrevivência dos mais aptos⁶. E as concepções teleológicas de história eram cultivadas no âmbito do criacionismo, do cristianismo, do positivismo, do cientismo e do materialismo histórico.

A ideia de fim difundiu-se extraordinariamente no último quartel do século XIX, quer em termos gerais – fim de um mundo, fim de século, fim de regimes monárquicos – quer em relação a casos específicos de nações – Portugal, Espanha, França – consideradas em «decadência» ou mesmo em processo de degenerescência⁷. Fim anunciado, previsto, antecipado, na sequência de crises profundas, por vezes mais vivenciadas ou inscritas na história do que com efeitos reais. Os terrores do fim e a decadência das sociedades caracterizam a sensibilidade apocalíptica. Esta última anda habitualmente associada a esperança de renovação⁸. As leituras historicistas do passado dominavam na época: antecipavam-se os desenvolvimentos futuros no quadro de teleologias em que as ideias de necessidade histórica e de evolução fatal não raro se impunham. Num presente tido como inaceitável, o futuro pensado como necessário era a expectativa mais marcante no «olhar e no discurso do homem apocalíptico»⁹. Na Europa do século XIX, em que a rapidez das mudanças sociais e tecnológicas parecia acentuar-se, esse tipo de discurso era frequente, correspondia a uma ânsia de segurança acrescida. O futuro previsível era como que uma compensação para a angústia e a insegurança. A navegação a vapor, a rede ferroviária, o telégrafo eléctrico e, ao longo do último quartel do século, inovações tão relevantes como os motores de combustão, o telefone, a lâmpada eléctrica, o automóvel, o cinema e a rádio-telegrafia anunciavam profundas mudanças na vida das classes médias e transportavam consigo renovada confiança no progresso e no domínio da natureza. Melhores condições de higiene pública, difusão de vacinas e cuidados médicos muito melhorados foram acompanhados de um recuo progressivo das taxas de mortalidade e maior esperança média de vida. Mas, no decénio de 1880, esta última era de cerca de 43-45 anos em algumas das nações europeias mais desenvolvidas¹⁰ e no estado americano do Massachusetts, significativamente mais longa do que em Portugal. No que respeita à taxa de mortalidade, se no princípio do século XX os valores portugueses se situavam num patamar médio em relação a outras nações europeias, nos decénios seguintes aumentou muito¹¹. Manifestavam-se novos receios de um futuro incerto e ameaçador. A irrupção das massas na vida política, de

⁶ Veja-se PEREIRA, Ana Leonor – *Darwin em Portugal 1865-1914*. Coimbra: Almedina, 2001.

⁷ HERMAN, Arthur – *The idea of decline in Western History*. Nova Iorque; Londres: The Free Press, 1997, pp. 13-144 e WEBER, Eugen – *France Fin de Siècle*. Cambridge Mass.; Londres: Harvard University Press, 1986, pp. 2-26.

⁸ KERMODE, Frank – *A sensibilidade...*, p. 27.

⁹ RAMOS José Augusto – «A literatura apocalíptica e a ideia de ordem e de fim». *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*. Nº 1 (Junho de 2002) p. 45.

¹⁰ Bélgica, Grã-Bretanha, França, Holanda e Suíça. HOBBSAWM, E. – *A era do Império 1875-1914*. Lisboa: Ed. 70, 1990. pp. 40-44. Em Portugal a esperança média de vida situava-se em 1900 abaixo dos 30 anos, para atingir pouco mais de 35-36 anos por volta de 1920. MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa, 1991. Vol. XI. pp. 22-23.

¹¹ Veja-se FIGUEIREDO Fernando A. de – *A morte na região de Lisboa nos princípios do século XX*. Lisboa: Ed. Arrábida, 2006. pp. 38-39.

novos bárbaros no seio da civilização, o receio de novos despotismos democráticos, a relevância que tendiam a ganhar os novos partidos de massas, interclassistas, e a difusão do socialismo revolucionário e do anarquismo eram vistos com apreensão não só entre sectores conservadores da Europa ocidental¹².

1. Consciência de crise em Portugal no século XIX

Poder-se-ia pensar que, dada a incipiente industrialização da economia portuguesa – maioritariamente rural – as elites portuguesas teriam permanecido alheias a esta problemática. Na verdade, assim não foi. O que se compreende se atendermos aos estreitos contactos que mantiveram com as capitais europeias, o conhecimento que adquiriram das transformações que a civilização industrial trouxe a esses grandes centros urbanos e a apologia de uma modernização comparável à que essas nações, consideradas mais adiantadas, viviam. Em Portugal, tal como em Espanha, as elites intelectuais e políticas desenvolveram, desde as invasões francesas (1807-10) e da ocupação inglesa uma consciência de crise marcada pelo sentimento e ideia de decadência da nação. O fim da monarquia absoluta, a revolução liberal e a perda do Brasil foram vividos como uma ruptura com o passado próximo. Deve compreender-se neste contexto, bem como no quadro do historicismo romântico, a preocupação do primeiro liberalismo em legitimar-se com recurso a uma interpretação do passado nacional que valorizava o período medieval e instituições como as cortes e os concelhos.

Num tempo atribulado de profundas transformações políticas e institucionais, marcado por duas guerras civis (1832-34 e 1846-47) e por uma acentuada instabilidade política, a sociedade e o próprio Estado revelavam dificuldades em adaptar-se ao sistema liberal que já dominava a Europa Ocidental. A chamada Regeneração viabilizou a alternância no poder de dois partidos políticos (o Regenerador e o Histórico) com uma certa pacificação da vida política. A política de melhoramentos materiais assente no endividamento externo do Estado permitiu a construção das redes ferroviária e rodoviária – a par de diversas outras inovações tecnológicas nas comunicações e nas actividades produtivas. As transformações ocorridas na agricultura e na indústria – lentas e tardias, quando comparadas com outras nações europeias – não foram, todavia, acompanhadas de progressos na alfabetização e na escolarização dos portugueses, comparáveis às que ocorreram noutros países europeus, incluindo outros países mediterrânicos. Em 1890, a taxa de escolarização em Portugal não ultrapassava 22%, quando na Itália alcançava 37% e na Espanha 52% (os búlgaros e os romenos eram menos escolarizados do que os portugueses, mas nos princípios do século XX ultrapassá-los-iam). Em 1900, a taxa de alfabetização dos portugueses situava-se em cerca de 25%, então ao nível da situação no Império Russo e nas nações balcânicas. E o seu rendimento *per capita* mantinha-se em níveis muito baixos, quando comparada com outras nações da Europa Ocidental¹³.

Nestas condições, não surpreende que grande parte da população rural se mantivesse alheada da escola e da cultura letrada. Mas, como bem frisava em 1885 José Júlio

¹² HERMAN, Arthur – *The idea of decline...*, pp. 108-131.

¹³ CANDEIAS, António (dir.) – *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2004. pp. 34-37.

Rodrigues, professor na Escola Politécnica, o problema nacional não era apenas de pobreza material. Prendia-se também com atraso científico, indiferença pública e apatia, mentalidade passadista e ausência de iniciativa¹⁴. O clima, a dotação de recursos naturais, a escassez de capitais e a pequena dimensão do mercado interno terão também constituído entraves ao desenvolvimento económico¹⁵. O debate acerca do atraso económico de Portugal mantém-se em aberto nos últimos anos. Um coisa é certa: a modernização que a implantação do regime liberal proporcionou a partir de meados do século XIX ficou, de diversos pontos de vista, aquém das expectativas criadas pela revolução liberal. As crises financeiras ocorridas em 1846, 1876, 1890-92 e 1896-97, bem como a profunda turbulência e instabilidade política dos anos de 1868 a 1871 tornaram mais viva a consciência dos problemas portugueses. Note-se contudo que o atraso nacional era sobretudo visto em comparação com as nações mais adiantadas da Europa – a Inglaterra, a França e a Prússia (a partir de 1871 Império Alemão), raramente com pequenas potências como a Suíça, a Holanda ou a Dinamarca ou com as nações dos Balcãs.

Por outro lado, o lastro de uma memória histórica de glórias passadas, da precoce reconquista cristã à expansão marítima nos séculos XV e XVI, não tornava fácil a readaptação de Portugal ao lugar subalterno que passou a desempenhar na política internacional no século XIX. Não tornava sequer fácil o olhar dos Portugueses sobre si próprios. Compreende-se assim a voga do Iberismo nos decénios de 1850 a 1880, frequentemente associado a uma nostalgia da grandeza perdida. Mas o investimento no Império africano, sobretudo a partir dos anos 80, tornou-se-lhe uma alternativa, porquanto estava associado a uma ideia expansionista imperial com remotos antecedentes e a efectivas possibilidades de novos mercados. No entanto, também em África, a concorrência de potências mais poderosas suscitaria diversos conflitos diplomáticos, especialmente com a Inglaterra (questões de Ambriz, 1855; ilha de Bolama, 1860-70 e Lourenço Marques 1860-75) e também com a França (episódio a barca Charles et Georges, em 1857).

Portugal tinha vivido dos finais do século XVI a 1640 uma experiência de união política com a Espanha. Esse período de sessenta anos foi geralmente visto pela historiografia nacionalista portuguesa como um período de decadência, «usurpação», «cativeiro» e até de morte da nação. No século XIX, quando estava ao rubro a questão ibérica, multiplicaram-se os panfletos e as campanhas públicas contra a união dos dois estados, identificada com a absorção de Portugal pela Espanha e com a morte de Portugal. Um grupo de pressão nacionalista – a Comissão 1º de Dezembro – mobilizou gente de diversos sectores políticos e de diversos grupos sociais e profissionais (incluindo a Igreja e militares) com recurso a uma retórica nacionalista e anti-iberista. O seu nacionalismo cultural e político esgotava-se todavia numa estratégia que apelava ao sentimento patriótico por via de um olhar optimista sobre o passado. Em confronto com este nacionalismo historicista e triunfalista desenvolveu-se uma perspectiva crítica que procurava repensar os momentos de declínio como advertência para o presente.

¹⁴ RODRIGUES, José Júlio – *Coisas portuguesas*. Lisboa: D. Corazzi, 1885.

¹⁵ REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993 e LAÍNS, Pedro – *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional, [1995].

Não se tratava apenas de valorizar os tempos de glória nacional (como se definia essa noção?) mas de reconsiderar o percurso histórico nacional tendo em conta os momentos de desordem e decadência.

Os problemas portugueses colocavam-se pois num registo dramático, pondo em causa a própria viabilidade de Portugal. É assim que ainda antes de escrever a sua *História de Portugal*, Alexandre Herculano reflectia sobre o reinado do cardeal D. Henrique (1578-80) que imediatamente antecederia a perda da independência política. Tecia considerações sobre a degradação do carácter nacional motivada pelo luxo oriental e comparava o Portugal da união dual com «uma coisa morta e inerte» que assiste à «desmembração do próprio corpo»¹⁶. Chegava a afirmar que a nação estava «degenerada» – termo que muito se difundiria mais tarde. No quadro de uma concepção organicista de nação – a nação como corpo moral – e de uma intencionalidade pedagógica, de formação do cidadão, Herculano procurava no passado uma advertência útil para o presente. Mas também o conforto para as desilusões do presente.

Pouco antes da revolta popular da Maria da Fonte (Primavera de 1846), num ano de crise económica e de grande conflituosidade social e política, o historiador intentava explicar a permanência histórica de Portugal até ao século XIX, quando numerosos estados europeus tinham desaparecido do mapa da Europa: as repúblicas italianas, a Escócia, a Noruega, a Hungria, Navarra, Aragão, sem esquecer grandes unidades políticas como o Sacro Império ou a Polónia. Herculano via a nação num estádio de «velhice aborrida e decrépita»¹⁷, como se estivesse na ante-câmara da morte. Podiam as raças morrer, tal como morrem os indivíduos? A sua teoria da não continuidade entre Portugueses e Lusitanos parecia indicar que sim. Pois se considerava nada haver de comum entre aqueles povos – nem raça, nem língua nem o próprio território – era de admitir que os Lusitanos tivessem desaparecido. Um autor da época (Vilhena Saldanha) retorquiu-lhe, com boas razões, que não: as raças «misturam-se mas não se extinguem». Na verdade, como observava este seu crítico, nas chamadas invasões que envolvem pontualmente actos de extremínio, a massa da população permanece¹⁸. Herculano, é certo, estava consciente que a Lusitânia não era uma nação (nem sequer o Portugal do séc. XII o era). Mas na época, muitos autores se referiam anacronicamente à Lusitânia como se de uma nação se tratasse. Era pertinente falar-se da morte de uma nação? Nesse tempo, no quadro das leituras organicistas, parecia fazer sentido, hoje não¹⁹.

Em 1853, nos primórdios da Regeneração, quando eram dominantes as leituras organicistas das sociedades, quando estava na ordem do dia a construção da linha ferroviária que iria ligar Lisboa a Madrid e o sentimento de declínio continuava em voga, compreendem-se os temores de extinção da nação. Nesse ano, em polémica com o jovem António Pedro Lopes de Mendonça, o mesmo Herculano exprimirá o receio de que os caminhos de ferro levassem à assimilação de Portugal pela Espanha por via da

¹⁶ HERCULANO, Alexandre – «Pouca luz em muitas trevas 1579-1580». In *Opúsculos IV* (org., introd. e notas de Jorge Custódio e J. M. Garcia). Lisboa: Presença, [1844], p. 383.

¹⁷ HERCULANO – «Cogitações soltas de um homem obscuro». In *Opúsculos IV*, p. 331.

¹⁸ SALDANHA, Vilhena – «História de Portugal pelo Sr. Alexandre Herculano». In HERCULANO, A. – *Opúsculos IV*, p. 258.

¹⁹ Uma crítica deste organicismo em BRAUDEL, Fernand – «L'histoire des civilisations: le passé explique le présent». In *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, pp. 289-291.

integração económica e civilizacional²⁰. Vivia-se então a viva polémica suscitada pelo projecto iberista de Sinibaldo Mas que, justamente, apostava na ligação ferroviária entre os territórios peninsulares como instrumento de construção da uma grande Ibéria. Deve dizer-se, aliás, que o problema que estava em causa nas polémicas da questão ibérica era a da viabilidade de Portugal. Por outras palavras: tinha Portugal condições para manter-se independente, quando na Europa da época sucedia a integração económica e política de pequenos territórios, sobretudo na Península Itálica e no *Zollverein* alemão? A teoria das grandes nações dizia que não²¹. Mas o nacionalismo cultural português insistia que sim, que Portugal dispunha de recursos naturais e humanos mais que suficientes não só para se manter mas para se tornar uma nação próspera e progressiva. Além disso, pensavam muitos, o carácter nacional forjado nas vicissitudes do tempo permanecia, tal como permaneciam uma tradição, uma cultura e uma língua diferenciadas. E um grande império colonial. Outros autores, sobretudo a partir de 1870, quando a guerra franco-prussiana perturbou as consciências nacionais do velho continente, insistiam também numa suposta diferença étnica.

Todavia, Sédan (1870) mostrava que um poderoso Estado-nação que até aí tinha desempenhado um lugar central na diplomacia e que constituía a grande referência cultural das elites europeias – a França – podia ser vencido nos campos de batalha e profundamente abalado na sua consciência nacional. Como se explicava o fenómeno nação? Como se compreendia a sua continuidade na história? A estas perguntas procuraram responder numerosos intelectuais e políticos europeus do século XIX, desde o célebre *Discurso à nação alemã* (1807), de J. G. Fichte. Foi no ambiente daquele conflito militar que, no âmbito de uma ideia biologista, Ernest Renan exprimiu a convicção de que a perda da Alsácia e da Lorena significaria *Finis Franciae*: a amputação de uma parte do ser vivo (a nação) teria como consequência a extinção do corpo nacional e do seu espírito. E que o princípio das nacionalidades (de que a França fora o porta-estandarte na Europa) poderia fazer degenerar as lutas entre os povos em extremínios de raças²². Alguns anos depois (1882) produzia a sua célebre reflexão que ainda hoje constitui um marco significativo na problematização da temática: as nações são entidades históricas, não são absolutas e eternas: «les volontés humaines changent; mais qu'est-ce qui ne change pas ici-bas? Les nations ne sont pas quelque chose d'éternel. Elles ont commencé, elles finiront. La confédération européenne, probablement, les remplacera». Para compreender uma nação, qualquer explicação linear e unilateral era insuficiente. Raça, língua, religião, geografia, história comum, em si mesmas, isoladamente, não chegavam para a explicar. Mas mais do que isso, Renan chamava a atenção para o facto de, na origem da unificação política dos estados se encontrarem actos de violência e extremínio – «L'unité se fait toujours brutalement»²³.

²⁰ HERCULANO – «Os caminhos de ferro e a política» (18-04-1863). In *Herculano desconhecido*. Porto: Ed. SEN, 1953, pp. 54-55.

²¹ REGNAULT, E. – «Nation». In GARNIER-PAGES (dir) – *Dictionnaire politique. Encyclopédie du langage et de la science politique*. 2ª ed. Paris: Pagnerre, 1843, p. 625.

²² RENAN, Ernest – «La guerre entre la France et l'Allemagne» (1870). In *Qu'est-ce qu'une nation? Et autres écrits politiques*. Paris: Imprimerie Nationale, 1996, pp. 179-180 e 186. Veja-se também, SCHIVELBUSCH, Wolfgang – *The culture of defeat*. Londres: Granta Books, 2003, pp. 107-111.

²³ RENAN – «Qu'est-ce qu'une nation?» (1882), p. 242 e p. 227.

Quando os autores da época discutiam a viabilidade de Portugal, nem sempre queriam dizer o mesmo. Fim da nação ou fim do Estado? Em 1580, Portugal perdera a independência política mas permanecera como nação. Algo de comparável sucederia com a Polónia no final do século XVIII. Mas torna-se evidente que para os nacionalistas anti-iberistas não convinha diferenciar os conceitos de Estado e nação. Podiam assim dramatizar a possibilidade do desaparecimento de Portugal, assinalando o risco letal de se caminhar no sentido de uma nova união ibérica, quer numa forma monárquica unitária quer republicana e federal. A estratégia passava também por identificar os iberistas com os inimigos históricos – os espanhóis, os castelhanos –, como se se tratasse dos inimigos do interior. Por seu lado, os adeptos da Ibéria insistiam (sem sucesso) que no quadro da união política os Portugueses manteriam a sua identidade, a sua memória, o seu património.

O jovem Antero de Quental, adepto de uma federação peninsular, esperançado com a revolução espanhola de 1868, sustentava um conceito moral de pátria (não coincidente com o de nacionalidade), não correspondendo à velha fronteira estabelecida. Daí que renegasse a ideia de nacionalidade e de nação (que qualificava de moribunda). Herdeiro do federalismo de Henriques Nogueira, Antero sonhava com uma solução contratual e igualitária de integração dos povos peninsulares, único modo de a seu ver se recuperarem as qualidades éticas de nobreza, força e justiça²⁴ – uma «grande ilusão», como mais tarde reconheceria²⁵. Tal como Latino Coelho ou Casal Ribeiro, Antero acabaria pois por se distanciar do iberismo. Em sucessivas campanhas públicas, a propaganda iberista surtiu efeito: o receio da dissolução não só do Estado mas também da nação terá contribuído para isolar as propostas iberistas numa pequena minoria que acabou por se diluir no decénio de 1880, quando a aposta africana já estava bem na ordem do dia.

Mas os receios de *Finis Patriae* permaneceram. E fundamentavam-se também na história – sobretudo nos tempos posteriores ao império oriental. Em 1879 na *História de Portugal*, e em 1881 no *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins retomava a problemática de Herculano e de Antero. Traçava um retrato muito crítico do percurso histórico nacional posterior ao século XVI, em que abundavam as metáforas do organismo e as alusões à decadência e morte da nação. Da «catástrofe» que fora o período do Imperio Oriental no século XVI (1500-1580), passara-se à «decomposição» – do domínio espanhol ao fim do pombalismo (1777) – e à «anarquia espontânea» – do reinado de D. Maria I ao final da Guerra Civil em 1834. Nação enferma, vítima de uma doença prolongada – a degenerescência de carácter – Portugal estaria à beira da catástrofe. Exemplo disso é o modo como vê a situação crítica a que se chegara no reinado de D. Sebastião²⁶. Martins figurava o fim da autonomia política como

²⁴ QUENTAL, Antero de – «Portugal perante a revolução de Espanha». In *Prosas socio-políticas*. Ed. de Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional, [s.d.], pp. 239-241.

²⁵ QUENTAL, Antero – «Carta a W. Storck» Ponta Delgada 14-05-1887, *Cartas* II. Ed. de A. M. Martins. Lisboa: Ed. Comunicação, 1989, p. 836.

²⁶ «Tudo convergia para arrastar a Nação a essa data infeliz de 1580. Os sintomas mórbidos, anteriormente expostos, diagnosticam a doença, e explicam a necessidade da catástrofe. Era um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruíra o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal, mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então

morte da nação. Portugal morrera em 1580, como poderia de novo morrer nos finais de Oitocentos: na continuidade dos trabalhos de Herculano e de Rebelo da Silva, a advertência continuava no ar. De resto, em 1890, a propósito de crise do Ultimatum britânico, compararia a situação a um «1580 sem D. Sebastião»²⁷.

Após Alcácer Quibir, o sebastianismo, cuja função social Oliveira Martins valorizou, teria significado o refúgio no mito e uma morte para a história da nação. E a recuperação da independência política em 1640? Teria significado um ressurgir das qualidades afirmadas nos finais do período medieval? De modo algum: «O Portugal restaurado era apenas a restauração de uma forma, e não a revivificação de um corpo. Contundido, miserável, roto, faminto, Portugal fora tombando, de baldão em baldão, até ao fundo de um abismo de loucura vertiginosa, de abjecção torpe, onde agora se debatia arruinado de corpo e alma»²⁸. Este olhar sobre o Portugal da decadência contrastava fortemente com o a avaliação muito positiva que tecia do período que vai dos finais do século XIV aos finais do século, marcado pela vontade de homens como os filhos de D. João I, Nun'Álvares e D. João II.

Já nos tempos de aproximação da crise de 1890-91, Oliveira Martins retrataria estes heróis numa série inacabada de biografias. E sobretudo deixava em aberto um problema que seria objecto de reflexão por parte de diversos autores nos finais de século: tinha a sociedade portuguesa a coesão e a integração cívica – ou seja o espírito e cidadania e a opinião pública necessárias para nelas firmar um projecto nacional? O diagnóstico de Oliveira Martins sobre a situação portuguesa em 1879, a rematar a sua *História de Portugal*, era particularmente negativo e céptico em relação ao futuro. Admitia que Portugal fosse um caso excepcional na Europa da época – uma Turquia do Ocidente, como diria poucos anos depois²⁹ – os Portugueses desconheciam o patriotismo, não respeitavam as suas tradições nem tão pouco as suas instituições. Nem mesmo os seus grandes homens. Daí as patéticas interrogações com que rematava aquela sua obra: continuava o processo de «decomposição» da nação? Ou poder-se-ia entrever «um fenómeno de obscura reconstituição»³⁰. A pergunta ficaria sem resposta, como um desafio. Tudo dependia da vontade política das elites e do empenho cívico do povo português em se regenerar. Mas mantinha em aberto a possibilidade de renovação nacional.

Podemos encontrar outras reflexões críticas sobre Portugal em vários outros autores da época num tom que não anda longe deste: Ramalho Ortigão, Eça de

se exacerbaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delírio, caiu como uma pedra, morto instantaneamente MARTINS, J. P. de Oliveira – *História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, [s.d.]. Vol. II, pp. 44-45. Veja-se também SILVA, Augusto Santos – «Morte, mediação, história: um viagem tanatográfica ao pensamento de Oliveira Martins». *Revista de História Económica e Social*. Nº 14 (Jul-Dez. de 1984) pp. 1-39.

²⁷ MARTINS, J.P. de Oliveira – «Carta a Eça de Queiroz». In *Correspondência de J.P. de Oliveira Martins*. Lisboa: P. A.M. Pereira, 1926, p. 137.

²⁸ MARTINS – *História de Portugal*. Vol. II, p. 277.

²⁹ MARTINS – *Portugal Contemporâneo*. 7ª ed. Lisboa: Guimarães, 1953 (1ª ed., 1881). Vol. III, p. 310. Juan Valera, escritor e embaixador espanhol com quem se correspondeu, diria o mesmo da Espanha. ESTEBAN DE VEGA, M. – «Decadencia, 'Desastre' y Regeneración en la España de fin de siglo». In ESTEBAN, M. e MORALES, A. (eds.) – *Los fines de siglo en España y Portugal*. Jaén: Univ. de Jaén, 1999, p. 60.

³⁰ MARTINS, J. P. de Oliveira – *Portugal Contemporâneo*. Vol. III, p. 298.

Queiroz, José Júlio Rodrigues e, poucos anos depois, Basílio Teles, Silva Cordeiro e Manuel Laranjeira. Mas talvez nenhuma tão cáustica como a do autor do *Portugal Contemporâneo*. Nesta obra publicada em 1881, numa narrativa detalhada da história nacional no século XIX, Oliveira Martins traçava um quadro devastador do regime liberal e dos seus principais protagonistas. Identificava uma tendência (não apenas portuguesa) no sentido das ditaduras. Considerava o pessimismo uma característica intrínseca do carácter nacional – teria a ver com a própria apatia do povo. Admitia que se estava numa crise. E que um cataclismo poderia vir a ocorrer. Em qualquer caso, o futuro mantinha-se em aberto, indeterminado, tudo era possível: a integração peninsular ou «ir vivendo, regeneradamente, à espera do que está para vir»³¹. Fosse como fosse, a possibilidade da morte da pátria encontrava-se no horizonte já no decénio de 1880. Para além dos factores internos, não se vivia no plano internacional – não só na Europa, mas também em África – uma época de insegurança e incerteza? O olhar crítico de Oliveira Martins sobre o Portugal da decadência (que a seu ver se acentuara com a Regeneração) deixaria uma marca profunda nos seus contemporâneos, de Eça de Queiroz e do próprio Ramalho aos mais jovens autores que se estreiam nos anos 80 e 90.

Este conjunto de sugestões assenta em representações instrumentais da história, mobilizadas na argumentação política da época. Na cultura política portuguesa da Monarquia liberal, a memória histórica ocupava um lugar de grande destaque.

2. A crise de fim de século e a dramatização da morte da pátria

Cunhada em França, a expressão fim de século designava tanto as novidades da modernidade como as incertezas de um tempo considerado de declínio. Se é certo que constitui uma categoria sobretudo usada na história literária³², não é menos verdade, por outro lado, que pode configurar, em termos geo-políticos e de relações internacionais, um tempo de transição que todavia se prolonga nos primeiros anos do século XX. Nessa época passa-se de um padrão europeu para um padrão global³³. A Guerra Hispano-Americana (1898) e, poucos anos depois, a Guerra entre a Rússia e o Japão (1905) marcaram bem a emergência de potências extra-europeias num cenário mundial e configuraram um novo panorama internacional.

O último quartel do século XIX correspondeu a um tempo de paz na Europa e no mundo. Mas isso não significa ausência de conflitos regionais e diferendos diplomáticos que perturbaram essa conjuntura. Já fizemos referência à Guerra Franco-Prussiana de 1870-71, que teve como consequência o fim do II Império em França, a breve mas marcante experiência da Comuna de Paris e a instauração da III República – à época um regime dissonante, numa Europa dominada por velhas monarquias. Em 1890, Portugal via-se obrigado a ceder às pretensões britânicas sobre os vastos territórios do

³¹ MARTINS – *Portugal...*, Vol. III, pp. 310-311.

³² WEBER Eugen – *France...*, pp. 9-11 e CEREZO GALÁN, Pedro – «El 98 y la crisis de fin de siglo». In *La crisis española de fin de siglo y la Generación del 98*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999. pp. 75-76.

³³ Veja-se UCÉLAY-DÁ CAL, Enrique – «Como cobertir a los perdedores en ganadores?». In *Los 98 Ibéricos y el mar*. Madrid: Sociedad Estatal Lisboa '98, 1998. T. II. pp. 163-191 e MILZA Pierre – *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa: Ed. 70, 2007.

interior africano entre Angola e Moçambique e a pôr de parte o projecto do Mapa-Cor-de-Rosa. Em 1896, a Itália sofria uma derrota em Ádua (Abissínia) e, pouco tempo depois, em Fachoda, o expansionismo colonial francês e britânico estiveram à beira de um confronto militar, só evitado pela cedência da diplomacia gaulesa (Novembro de 1898). Nesse mesmo ano ocorrera a Guerra Hispano-Americana, que resultou no fim do império colonial espanhol e numa profunda problematização da Espanha como nação³⁴.

Note-se, contudo, que a ideia da decadência e da degenerescência da raça era muito anterior, relacionava-se com os efeitos físicos da revolução industrial e da miséria do operariado em Inglaterra e França dos anos de 1840. Em 1857, o médico Benedict Morel publicava o seu *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine...*, que teria larga recepção na psiquiatria, antropologia e criminologia europeias³⁵. Mas foi sobretudo desde o decénio de 1870 que a ideia da decadência e da degenerescência dos povos latinos frente aos anglo-saxónicos e aos germânicos se difundiu muito antes daquelas situações de conflito e humilhação diplomática. E nos finais do século, o expansionismo colonial e o imperialismo (palavra surgida na Inglaterra do decénio de 1870 e difundida desde os princípios do século XX), o darwinismo social e a «apoteose da força» (Oliveira Martins) pareciam dominar nas relações internacionais. Importa caracterizar essa conjuntura em Portugal e avaliar em que medida contribuiu para a afirmação do tópico *Finis Patriae*.

Como vimos, a ideia era bem anterior à crise de 1890-92. Mas a sua formulação na expressão latina em Portugal data de 1890. O que é em si mesmo significativo. Em França e em Espanha, as expressões *Finis Galliae* e *Finis Hispaniae* usavam-se com frequência nesse final de século³⁶. Em Agosto de 1890, comentando o tratado luso-britânico então assinado pelo governo português, Oliveira Martins afirmava «é o sintoma mais eloquente de que (...) nos encontramos no princípio da liquidação, *Finis Portugalliae*»³⁷. O referido convénio impunha fronteiras bem mais estreitas para Angola e Moçambique do que as sonhadas no Mapa-Cor-de-Rosa e condições muito favoráveis à Inglaterra (liberdade de navegação, comércio e cultos naqueles territórios). Era sentido pela generalidade das oposições ao governo de Serpa Pimentel como uma ameaça à integridade nacional, agravando os efeitos do Ultimatum³⁸. Os estudantes do diário republicano *A Pátria* calculavam que as perdas territoriais sofridas por Portugal no *hinterland* africano atingiam uma superfície de 620 000 km² – ou seja uma área cerca de sete vezes maior do que a do Portugal continental. Justificava-se pois, a seu

³⁴ A bibliografia a este respeito é muito vasta. Veja-se LAÍN ENTRALGO, P.; SECO SERRANO, C. (Eds.) – *España en 1898. Las claves del Desastre*. Barcelona: Galaxia Gutenberg; C. de Lectores, 1998 e JOVER ZAMORA, J. M. e GÓMEZ-FERRER, G. – *Historia Ilustrada de España*. Madrid: Círculo de Lectores, 1998. Vol. 8. pp. 110-137.

³⁵ PICK, Daniel – *Faces of degeneration. A European disorder 1848-c.1918*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1989. pp. 44-50.

³⁶ LAQUEUR, Walter – *Fin de siècle...*, pp. 7-8 e CRUZ SEOANE, M^a – «La prensa y la opinión pública». In *España en 1898...*, pp. 293-294.

³⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira – «O tratado I». In *Portugal em África*. Lisboa: Guimarães, 1953 (1890), p. 77.

³⁸ BRISSOS, José – «O tradicionalismo miguelista perante o Ultimatum». *Clio*. Nº 2 (1997) pp. 119-120.

ver, a urgência de uma revolução contra o regime, acusado de aceitar esse «roubo» levado a cabo pela Inglaterra e aceite pelo governo português. Daí as epígrafes em letras garrafais – *Finis Portugaliae* e *Isto dá vontade de morrer* (palavras atribuídas a Herculano, antes de morrer em 1877) – numa primeira página daquele periódico dos princípios de Setembro de 1890³⁹.

Nos finais desse ano, Guerra Junqueiro publicava um conjunto de poemas de intencionalidade marcadamente política, intitulado precisamente *Finis Patriae*. Numa retórica nocturna, em que dominam ruínas, miséria e aviltamento, Junqueiro encenava a morte da pátria, da nação e do próprio monarca – D.Carlos («Papagaio real, diz-me, quem passa?/ – É alguém, é alguém que foi à caça/ Do caçador Simão!»). O olhar panfletário sobre um Portugal devastado foi contestado na imprensa, entre outros por um algo optimista Ramalho Ortigão⁴⁰. Mas na conjuntura da crise de 1890, numa atmosfera política e cultural em que dominavam fundas apreensões em relação ao futuro e a vindicta contra a Inglaterra e contra a monarquia, a ideia decadentista da morte da pátria estava já muito marcada. Poucos anos depois, no drama *Pátria* (1896), Junqueiro voltava a fustigar a dinastia de Bragança, agora num quadro mais alargado e sistemático em que personificava a nação na figura de um Doido «enorme, cadavérico, envolto em farrapos, as longas barbas flutuando» – espécie de rei Lear ou de profeta sonâmbulo. A seu ver, o carácter português – bondoso, dúctil, indiferente à coisa pública, destituído de memória social –, nas suas qualidades e defeitos, favorecia os poderosos e explicava em larga medida o estado de decomposição da sociedade portuguesa que Oliveira Martins já diagnosticara. Todavia, para Junqueiro, agora distanciado da monarquia constitucional e do projecto cesarista de Oliveira Martins, só a revolução republicana poderia salvar uma nação já considerada morta aos olhos da Europa e do mundo: «Desde a crise do *ultimatum* inglês, que tanto podia significar uma onda de vida nova como o estertor dum moribundo, resvala a nação dia a dia, ao letargo estúpido da indiferença. Estará morta? Estará cataléptica? O futuro, breve talvez, o vai dizer./ Mas na opinião do mundo, já Portugal não existe. Dura mas não existe. *Dura geograficamente, mas não existe moralmente*. A Europa já considera isto uma coisa defunta, espólio a repartir, iguaria a trincar»⁴¹ (sublinhado nosso). A dramatização da morte moral da Pátria – ou seja da comunidade política, não da morte física, territorial – encerrava uma inequívoca mensagem: a redenção só era possível através da refundação que era a República.

Em 1905, Basílio Teles diria que o Ultimatum de 11 de Janeiro de 1890 fora o acontecimento mais marcante desde as Invasões Francesas⁴². Para os homens que viveram esse momento, compreende-se que assim fosse. E não há dúvida que a vivência desse infausto evento seria marcante na formação dos políticos que, vinte anos mais tarde, depois do 5 de Outubro de 1910, viriam a ascender ao poder. Em termos simbólicos,

³⁹ *A Pátria*, 2-09-1890. Veja-se, a este respeito, MATOS, S. Campos – «Republicanismo radical e movimento estudantil numa conjuntura de crise (1890-1891)». In *Uma vida em História. Estudos em homenagem a António Borges Coelho*. Lisboa: Caminho, 2001, pp. 577-578.

⁴⁰ COELHO, Maria T. Pinto – *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Cosmos 1996, pp. 146-147.

⁴¹ JUNQUEIRO, Guerra – *Pátria*. Porto: Lello, [1896], p. 203.

⁴² TELES, Basílio – *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Lisboa: Portugália, 1968, p. 81.

na memória histórica do republicanismo, o Ultimatum como que sumarizou toda uma crise que se iria prolongar nesses tempos finais do constitucionalismo monárquico.

No entanto, à distância de mais de um século, dificilmente se pode aceitar a interpretação de Basílio Teles. É indiscutível que o *memorandum* britânico (logo designado por Ultimatum) envolvia uma ameaça de corte de relações diplomáticas e a possibilidade de ocupação de partes do império português se Portugal insistisse na política expansionista. Abriu uma crise política e deu origem a um processo de negociações diplomáticas com a Inglaterra que levaria à definição das fronteiras do Império português. Mas não menos verdade é que sem o Ultimatum não deixaria de se fazer sentir a crise financeira de 1891. Na verdade, as dificuldades das contas públicas eram anteriores e tinham, em parte, raízes internacionais⁴³: haviam-se acentuado com a queda das remessas dos emigrantes no Brasil (motivadas pela crise associada à instauração da república naquele país, em 1889) e com a impossibilidade por parte da casa londrina Baring Brothers de satisfazer as necessidades de crédito por parte do Estado português. Em Maio de 1891 gerar-se-ia uma corrida ao levantamento de depósitos bancários e a falência de diversos bancos⁴⁴. No entanto, esta crise financeira não terá tido consequências significativas na produção industrial⁴⁵.

Seja como for, os primeiros anos do decénio de 1890 foram muito marcados por um fundo pessimismo acerca da situação portuguesa, agravado pelo Ultimatum britânico de 1890, o tratado de Agosto desse mesmo ano com o governo inglês (que não chegaria a ser aprovado no parlamento em Portugal) e a falhada tentativa revolucionária de 31 de Janeiro de 1891. Como diversos autores notaram, a crise tinha também uma funda dimensão moral⁴⁶, de falta de confiança no regime e nas suas instituições (parlamento, partidos políticos, chefe de Estado). Dramatizava-se a conflitualidade política, centrando-a na questão do regime. Mais do que isso, punha-se em causa a própria viabilidade do Estado e da nação como comunidade autónoma.

Eça de Queiroz, então cônsul em Paris, pedia notícias ao seu amigo Oliveira Martins sobre os acontecimentos em Portugal. Este falava-lhe de derrocada, catástrofe e afogamento «num banho de lodo»⁴⁷. Na *Revista de Portugal*, a coberto de pseudónimos, Eça comentava a situação com acutilante lucidez. O cronista político, sempre atento aos acontecimentos do seu tempo (como bem demonstrara no *Distrito de Évora e n'As Farpas*), não ficava atrás do ficcionista que retratara a «decadência» e colocara Portugal no centro da sua obra de ficção⁴⁸. Em Fevereiro de 1890, as movimentações anti-britânicas, de um patriotismo emocional e a própria ambição do Mapa-Cor-de-

⁴³ Diversos observadores da época notaram esta dimensão internacional da crise, entre eles BASTOS, Teixeira – *A crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa*. Porto: M. Lugan, 1894, p. 110.

⁴⁴ NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – «Moeda e bancos». In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro F. da (org.) – *História económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 294-295 e ESTEVES, Rui Pedro – «Finanças públicas». In *História económica*, pp. 319-323.

⁴⁵ LAINS, P. – «A indústria». In *História económica...*, Vol. II. pp. 271-279.

⁴⁶ Caso de CORDEIRO, J. A. da Silva – *A crise em seus aspectos morais*. Ed. de Sérgio Campos MATOS. 2ª ed. Lisboa: Cosmos, 1999 (1ª ed. 1896).

⁴⁷ MARTINS, J. P de Oliveira – Carta a Eça de Queiroz (1890). In *Correspondência...*, p. 137.

⁴⁸ Veja-se, a este respeito, MEDINA, João – *Eça Político*. Lisboa: Seara Nova, 1974, pp. 33-71.

-Rosa levavam-no a questionar o sentido de Portugal reclamar para si os territórios do Mashona, entre Angola e Moçambique, quando não tinha recursos para dominar essas vastas áreas do *hinterland* africano⁴⁹. As manifestações de rua, comandadas por um republicanismo radical que reclamava a acção directa de desforra contra Inglaterra e contra a monarquia, esgotavam-se num ódio meramente negativo. Para Eça, esse ódio tinha algo de fúnebre: «É uma ociosidade sinistra, lívida, que se encolhe a um canto, na treva». Em lugar de «fazer mal à Inglaterra», necessário era, a seu ver, «fazer bem a Portugal», «reconstituir a Pátria» pelo trabalho e pela valorização das actividades produtivas, num programa de intenções gerais muito próximo do de Oliveira Martins e de Alberto Sampaio⁵⁰. A evolução dos acontecimentos levava-o a perceber que, na situação de crise que se vivia, o exército se tornava o foco de todas as esperanças e que os sargentos eram instrumentalizados pelo republicanismo. Ante o descrédito do parlamentarismo e da oligarquia que se encontrava no poder, desenhavam-se a seu ver duas soluções. Uma, a República, que na sua perspectiva apocalíptica, teria consequências devastadoras: «seria a confusão, a anarquia, a bancarrota» e até a perda da independência (isto no caso de se instalar em Espanha uma República conservadora que depois apoiasse idêntica solução em Portugal). A outra, reformista, que passaria pelo reforço do poder real, «uma revolução feita de cima», apoiada pelos sectores conservadores, estava a seu ver condenada a não ser compreendida pela opinião pública, que nela veria um regresso ao poder absoluto. Ante estas alternativas restava-lhe a muito ténue esperança de que «as nações têm a vida dura» – «duríssima», no caso de Portugal⁵¹.

Na correspondência de Eça de Queiroz com a sua mulher pode-se rastrear como os seus receios e breves esperanças (por exemplo quando soube que Oliveira Martins ia integrar o governo de Dias Ferreira, em 1892) se foram afirmando ou esfumando. De Lisboa, em Maio de 1890, confessava-lhe que Oliveira Martins não cessava de «profetizar catástrofes com voz sombria» e que saía aterrado dos serões em casa dele⁵². Era o tempo em que os Vencidos da Vida se encontravam regularmente e discutiam a crise. Mas, ao invés do que por vezes se diz, o tão discutido vencidismo não se esgotava numa atitude de cepticismo e descrença em relação à situação. Envolvia uma esperança de renovação, sobretudo voltada para a possibilidade de Oliveira Martins vir a pôr em prática o seu programa reformador.

Em Outubro desse ano, já em Paris, Eça intentava compreender «a anarquia actual» e transmitia ao mesmo Oliveira Martins a sua leitura da situação – «uma solução simplista – uma Tirania. É necessário um sabre, tendo ao lado um *pensamento*. Tu és

⁴⁹ «É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma ideia, um propósito – do que possuir a terra de Mashona: mesmo porque, sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios. *Se como Nação estamos findos, sem força, sem alma, sem vontade*, os Makololos, o Mashona, o Niassa, os lagos e toda a África serão para nós tão inúteis, como inúteis eram ao pobre rei Shenachrib, que tinha cento e dez anos e tremia de frio sob o sol da Assíria – as virgens esplêndidas que os seus intendentess lhe iam buscar à África...» GOMES, João – «Notas do mês». *Revista de Portugal*. Porto. Vol. II, N.º 8 (Fevereiro de 1890) p. 264.

⁵⁰ GOMES – «Notas...», pp. 274-275.

⁵¹ «Um Espectador». *Revista de Portugal*. Porto. Vol. II, N.º 10 (Abril de 1890) pp. 540-541.

⁵² QUEIROZ, Eça de – «Carta de 9-5-1890». In *Eça de Queiroz Emília de Castro Correspondência epistolar*. Ed. de A. Campos Matos. Porto: Lello, 1995, p. 251.

capaz de ser o homem que *pensa* – mas onde está o homem que *acutila*? Em antigas cavaqueiras falámos por vezes do Rei. Mas é ele um *Homem*? Ou é ele simplesmente um *Cepto*? A situação parece-me medonha. Não creio que haja ministério capaz de a salvar»⁵³. Poder-se-ia pensar que se tratava de meros desabafos conjunturais dirigidos à mulher e aos amigos mais íntimos. Mas outras cartas e outros textos tornados públicos mostram que o receio de um *Finis Patriae* estava bem enraizado na mente do romancista e de alguns dos seus amigos.

Poucos dias após a tentativa revolucionária do 31 de Janeiro de 1891 – que considerava mais um episódio da «anarquia» em que Portugal mergulhava, agora também no exército – Oliveira Martins retorquia ao romancista: «Esta crise, meu caro José Maria, veio com efeito provar que Portugal pede um tirano, mas a nossa desgraçada pátria nem tiranos produz... Tudo é papas! Temos a consistência de alforrecas»⁵⁴. Há muito (pelo menos desde 1875) que Martins via nos sinais dos tempos a tendência europeia para o cesarismo e as ditaduras. Ele próprio, desde 1883, admitia uma ditadura como meio de melhorar a administração pública, recompor as finanças do Estado e impulsionar as actividades produtivas⁵⁵. Pouco depois, o fracasso da Vida Nova – facção do Partido Progressista a partir da qual intentara levar por diante o seu programa reformista – acentuou decerto a sua desilusão e cepticismo.

Em 1887, Antero havia-lhe confessado a sua convicção de que «as sociedades perdidas [como Portugal] *não querem* de modo algum reforma: preferem o cataclismo. Impedi-lo excede pois o poder dos indivíduos, por mais capazes ou mais heróicos que eles sejam: isso está para lá da esfera em que os indivíduos se movem e têm acção no curso das coisas (...). Uma dessas crises limpa o terreno de muitos embaraços». Ou seja, a evolução da ordem social escapava, em larga medida, à acção individual. E como os Messias se gastam, aconselhava-o a reservar-se e esperar por uma melhor oportunidade para intervir ao nível do poder⁵⁶.

Como noutros tempos de crise, o messianismo era uma tentação. Mas ainda havia algum messias que a pudesse salvar? E caso houvesse, qual o seu perfil? Herói e santo como o Nun'Álvares de Oliveira Martins? Militar qualificado pelas provações das campanhas africanas como Mouzinho de Albuquerque? O próprio Rei D. Carlos, como se chegou a discutir nos anos críticos iniciais do seu reinado?⁵⁷ Algum tempo depois, Bernardino Machado, que chegou a ser representado a cumprimentar a figura de Jesus Cristo?⁵⁸ João Franco, a quem chamaram mesmo o Messias⁵⁹? Ou, num plano poético, a figura sonâmbula do Rei-menino regressado numa manhã de nevoeiro evocado por António Nobre? Há muito passados os tempos da revolução liberal e dos combates pela implantação do regime constitucional, desaparecidos no decénio de 1880 Fontes Pereira de Melo e Anselmo Braamcamp – figuras emblemáticas da Regeneração e do

⁵³ QUEIROZ – «Carta a Oliveira Martins de 7-10-1890». In *Correspondência*. Ed. de Guilherme de Castilho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983. Vol. II. pp. 137-138.

⁵⁴ MARTINS, J. P de Oliveira – «Carta a Eça de Queiroz (1890)». In *Correspondência...*, p. 140.

⁵⁵ MARTINS – «Explicações». In *Portugal Contemporâneo*. Vol. I. pp. 24-25.

⁵⁶ QUENTAL, Antero de – «Carta a Oliveira Martins de 29 de Junho de 1887». In *Cartas* II, p. 847.

⁵⁷ RAMOS, Rui – *D. Carlos*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006, pp. 77-80.

⁵⁸ MEDINA, João – «*Oh a República!*...». In *Estudos sobre o republicanismo e a primeira República Portuguesa*. Lisboa: INIC, 1990, pp. 30-34.

⁵⁹ MARTINS, Rocha – *João Franco e o seu tempo*. Lisboa: F.J.R. Martins, [s.d.], p. 26.

Partido Progressista – instalava-se a tradicional ideia de que aos heróis se sucedem os pigmeus. Ou seja, sublinhava-se a ausência de homens à altura das circunstâncias. O que só acentuava os mais fúnebres temores e expectativas messiânicas⁶⁰. Estas tinham adquirido grande projecção na tradição cristã. Ao tópico de queda, conotado com a ideia de que o tempo é degradação, associava-se a ideia de fim da história. O que não invalidava a esperança de salvação futura⁶¹. Antes pelo contrário: a crença na redenção última alimentava-se da obsessão com a queda.

A voga do messianismo em Portugal não era caso único na Europa da época. Difundia-se também na Espanha, por essa época. Intelectuais como Joaquim Costa, Macías Picavea ou Pompeyo Gener sustentavam ideias de ditadura e a expectativa de um salvador – um *cirujano de hierro*, nas palavras de Costa, em 1900⁶².

No Verão de 1891, em plena crise financeira e política, desta vez em carta dirigida ao conde de Arnoso, Eça voltava a referir-se à desordem e anarquia nas ideias, na economia e na política, que lhe transmitia Emídio Navarro, acabado de chegar de Lisboa. A revolução republicana promovida pelos radicais parecia-lhe inevitável, atendendo à influência que estes tinham alcançado no Exército e na Marinha. E vaticinava: «com o triunfo da Revolução – eu creio que Portugal acabou. Só o escrever isto faz vir lágrimas aos olhos – mas para mim é quase certo que a desapareição de Portugal há-de ser a grande tragédia do fim do século. A Espanha *não pode deixar* de intervir» (sublinhado do Autor). Eça antevia um cenário em tons extremamente sombrios. Intervindo em Portugal, e ao invés do que figurara anos antes no conto *A Catástrofe* (1878) – a invasão por uma potência estrangeira suscitando uma saudável reacção nacional no sentido do ressurgimento –, a Espanha não mais deixaria o domínio de Portugal pois compraria a adesão da Europa com as colónias portuguesas distribuídas pelas grandes potências coloniais da época (Inglaterra, França e Alemanha). O território português seria retalhado pelas grandes potências como a Polónia o fora nos finais do século XVIII. Em contraste com o que se passara noutras crises, em 1891 não havia recursos financeiros nem homens políticos à altura das circunstâncias. Daí o seu juízo terminante: «...esta crise me parece a pior – e sem cura»⁶³.

Nesta visão tão negativa, além dessa vaga crença na vida «duríssima» da nação a que se referira em Abril de 1890 haveria apesar de tudo alguma margem, por diminuta que fosse, para a esperança? Viver na memória do passado «e esquecer o que é na convivência do que foi» – a solução do Oliveira Martins, desiludido da experiência do poder, em 1892, parecia ser uma solução individual – escrever as biografias *d'Os filhos de D. João I* e de Nuno Álvares. Na verdade, não era meramente individual, pois envolvia uma acção cívica com efeitos sociais: no dizer de Eça, ao reconstruir a Pátria reavivando o sentimento patriótico, reaportuguesava-se Portugal⁶⁴. A ideia

⁶⁰ Em princípios de 1908, pouco antes do regicídio, Manuel Laranjeira constataria que, numa sociedade dominada pelos interesses de quadrilha, em que se acentuavam os sinais de desagregação, proliferava uma «prodigiosa fertilidade messiânica», «um messianismo avariado, de ínfima qualidade» (*Pessimismo nacional*. Lisboa: Contraponto, [s.d.], pp. 26-27).

⁶¹ CATROGA, Fernando – *Caminhos...*, pp. 21-23.

⁶² COMELLAS, José Luis – *Del 98 a la Semana Trágica (1898-1909)*. Madrid: Biblioteca Nueva, [2002], p. 86.

⁶³ QUEIROZ – «Carta ao conde de Arnoso de 10-8-1891». In *Correspondência*. Vol. II, pp. 170-173.

⁶⁴ QUEIROZ – «Carta a Oliveira Martins de 26-4-1894». In *Idem*, p. 315.

andava no ar pela voz dos poetas da chamada geração de 90 – Alberto de Oliveira e, mais tarde, Afonso Lopes Vieira. António Nobre e Alberto Oliveira tinham bem presente o exemplo de Nun'Álvares. Este último sonhava com uma possível reedição messiânica do seu exemplo de santidade e heróismo⁶⁵ que Oliveira Martins trouxera para primeiro plano com a sua biografia (1893). Não fora o condestável um exemplo superior de heroísmo guerreiro e dedicação, virtudes posteriormente acrescentadas das qualidades cristãs de desprendimento, caridade e humildade?

Martins advertira, contudo, que tal como a história não se repete também os heróis não se repetem. E na perspectiva de Eça de Queiroz (ao contrário do que por vezes se insinua) o verdadeiro patriotismo não era tradicionalista, retrospectivo e imobilista, antes se voltava para o presente e o futuro. Embora não esquecesse o passado, esse patriotismo só podia ser empreendedor e prospectivo – com de resto já o declarara a Pinheiro Chagas, em animada polémica, em 1881⁶⁶. Não surpreende assim que no final do século advertisse também Alberto de Oliveira que não se curavam misérias «ressuscitando tradições». Tomás Ribeiro, Pinheiro Chagas e outros autores afins desse nacionalismo cultural romântico que dominara os decénios de 1830 a 1860 não haviam contribuído, a seu ver, para a renovação moral da nação⁶⁷. Era um facto. Mas António Nobre e Luís de Magalhães, entre outros, alimentavam o mito de D. Sebastião que, já no decénio de 1920, viria a suscitar uma aguerrida polémica entre António Sérgio e Carlos Malheiro Dias.

Se a conjuntura estava saturada com advertências e vaticínios de morte da pátria, importa lembrar que, precisamente a respeito do modo como ocorreria o seu estertor, não havia consenso. Como se processaria essa morte? Seria súbita, sob a forma de uma catástrofe, como Eça admitia? Ou, pelo contrário, arrastar-se-ia no tempo, num processo de decomposição como a teoria da degenerescência de Morel e Max Nordau sugeriam? Oliveira Martins era deste último parecer, a doença ia corroendo progressivamente o corpo nacional, exangue : «...é uma ilusão imaginativa, supor acabamentos súbitos dos povos: nunca sucede isso, vai-se entisicando pouco a pouco e só a distância põe em perspectiva instantânea o que levou anos, às vezes séculos a consumir-se»⁶⁸. Aquando da guerra hispano-americana de 1898, um observador português sustentaria esta mesma tese: não há morte instantânea de uma nação, a agonia pode prolongar-se durante anos e por vezes arriba-se do estertor⁶⁹. Mas outros cronistas da imprensa periódica e poetas encenavam uma morte em trágica, catastrófica, instantânea. Alberto Oliveira, por exemplo, referia-se à sua geração como uma «geração sonâmbula que faz alas para ver Portugal tombar na cova»⁷⁰. O destino dessa juventude a que pertencia parecia-lhe o de levar a cabo os cerimoniais fúnebres da pátria⁷¹.

⁶⁵ OLIVEIRA – «Alberto *Palavras loucas*» Lisboa: Liv. Civilização, 1982 (1ª ed., 1894), p. 33 e NOBRE, António – «Dispersos», 21. In *Despedidas, Poesia Completa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1988, p. 310.

⁶⁶ Polémica Eça de Queiroz-Pinheiro Chagas. «*Brasil e Portugal*». Ed. de A. Campos Matos. Lisboa, P.A.M. Pereira, 2001.

⁶⁷ QUEIROZ – «Carta a Alberto de Oliveira de 6-8-1894». In *Correspondência*, p. 327.

⁶⁸ MARTINS – «Carta a Eça de Queiroz [s.d.]. In *Correspondência...*, p. 206.

⁶⁹ CÂMARA – «D. João da, 'Crónica Ocidental'». In *O Ocidente*, 20-06-1898, p. 137.

⁷⁰ OLIVEIRA, Alberto – «Carta do Bairro Latino». In *Palavras...*, p. 126.

⁷¹ Vd. DIAS, A. da Costa – *A crise da consciência pequeno-burguesa – o nacionalismo literário da geração de 90*. Lisboa: Portugalia, 1962. pp. 92-109.

Poder-se-ia pensar que, com o seu optimismo histórico herdeiro da filosofia racionalista do progresso do século das luzes, os republicanos estavam imunes ao pessimismo dos finais do século. De modo algum. Em Junho de 1897, num tempo de dificuldades financeiras, ante a iminência de o governo de José Luciano de Castro arrendar diversas linhas de caminhos-de-ferro portugueses a uma empresa estrangeira, João Chagas agitava de novo na imprensa periódica a ameaça da catástrofe e do fim da pátria⁷². Na sua óptica proteccionista, vendendo os caminhos de ferro, o governo introduzia em Portugal a administração estrangeira e matava a nação. Outro registo, bem diverso era o do diário dirigido pelo progressista Emídio Navarro: reconhecia as dificuldades da situação mas distanciava-se do tom apocalíptico da esquerda⁷³. Por essa época corria que José Luciano pretendia até mesmo arrendar a baía de Lourenço Marques à Inglaterra. Na imprensa estrangeira falava-se que a Inglaterra e a Alemanha tinham decidido dividir entre si os territórios das colónias portuguesas⁷⁴. E, na verdade, a convenção de 30 de Agosto de 1898 entre aqueles dois estados previa que, em caso de colapso financeiro, se procederia à partilha de Angola e Moçambique. Mas o Tratado de Windsor poria fim às especulações – a Inglaterra estava interessada na permanência do Império português. Em finais de 1907, o médico Manuel Laranjeira interrogava-se «O mal, na verdade, será de morte? Estará isto, como se diz expressiva e resumidamente, irremediavelmente perdido? Estará a raça portuguesa (...) como agregado autónomo, como indivíduo colectivo, condenada a desaparecer integralmente, isto é, a ser dissolvida na massa comum da espécie humana? Será Portugal, na frase cruel do lord inglês [Salisbury]— uma nação morta, destinada a ser devorada pelas nações vivas?». E logo respondia negativamente, lembrando que a par da tendência no sentido do declínio havia uma dimensão ascensional de progresso em todos os povos. Poder-se-ia falar de degenerescência, no caso português? Laranjeira rejeitava a teoria de Max Nordau para explicar o pessimismo nacional. Preferia falar de desagregação e de uma aporia que residia no problema tão invocado pelos intelectuais portugueses herdeiros do espírito das luzes: a ausência de instrução das massas e a falta de preparação da elite⁷⁵. A temática seria largamente discutida pelo grupo da *Seara Nova*, em Espanha, por Ortega (entre outros) já nos anos 20. Mas em Fevereiro de 1909, tomado pelo dasânimo, Laranjeira anotava no seu diário: «creio que isto é uma raça perdida. Começo a crer que biologicamente a nossa decadência degenerativa é manifesta. Não se trata apenas duma desagregação da alma colectiva, trata-se duma dissolução mais funda, mais íntima, passada na alma de cada um. Dá vontade de morrer – de vergonha»⁷⁶. Manuel Laranjeira retomava as palavras atribuídas a Herculano («isto dá vontade da gente morrer»).

O cansaço, o tédio, o «infinito desgosto de tudo», a obsessão da morte (individual e colectiva) que testemunhava ao seu amigo Miguel de Unamuno marcam esta consciência atormentada num tempo de transição entre um mundo que acaba e um mundo que

⁷² CHAGAS, João – «Finis Patriae!». In *A Marselheza*, 2-06-1897, p. 1 e *Id.* – «Redenção ou morte!». In *Idem*, 15-06-1897, p. 1.

⁷³ Cf. F. L. – «Covirá dizer a verdade?...». In *Novidades*, 18-09-1897, p. 1.

⁷⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1988. Vol. X, p. 83.

⁷⁵ LARANJEIRA, Manuel – *Pessimismo...* (texto datado de 14 -01-1908), p. 41.

⁷⁶ LARANJEIRA – *Diário íntimo*. Ed. de, José M. de Vasconcelos. Lisboa: Vega, [s.d.], p. 178.

ainda não existe. «A nossa época é horrível porque já não cremos – e não cremos ainda. O passado desapareceu, do futuro nem alicerces existem. E aqui estamos nós, sem tecto, entre ruínas», como diria Raúl Brandão⁷⁷.

Unamuno, porventura o lusófilo espanhol que mais amou Portugal, impressionado com o testemunho do seu amigo Laranjeira, dedicaria à nação que tão bem conheceu, ao seu carácter (a psicologia dos povos continuava em voga nesses princípios do século XX e assim seria, pelo menos até ao fim da II Guerra Mundial) e ao momento crepuscular que então se vivia, páginas de inegável lucidez, comandadas embora pelo conceito de *volksgeist*⁷⁸. Admirador de Oliveira Martins e do seu olhar trágico sobre o percurso histórico de Portugal, o filósofo de origem basca veria nesse percurso um prolongado naufrágio a que não faltava um imenso cemitério – o oceano – em que descansava agora a sua glória. Interrogava-se, «E este murmúrio do oceano, estas queixas que vêm do seu seio quando o sol nele se deita – não são acaso as vozes das pobres almas portuguesas que vagueiam errantes pelas ondas?», para concluir que além do oceano o próprio território português era «um purgatório povoado de almas»⁷⁹. Sublinhe-se ainda que o olhar emocionado e trágico de D. Miguel de Unamuno sobre o Portugal dos últimos tempos da monarquia (Julho de 1909) encerrava ainda uma alternativa radical. Nessa conjuntura crítica, um ano após o regicídio, via duas possibilidades: a salvação ou a «anulação completa»⁸⁰. Ou seja: renovação ou morte anunciada, como sempre temática-chave da sensibilidade apocalíptica.

O cansaço da civilização, a crise de confiança no progresso, o cepticismo, a incerteza do futuro, o regresso a um passado perdido, ideal, o apelo do nada marcam o ambiente finissecular. Como sugerimos, esse conjunto de sentimentos já se afirmam nos autores da chamada Geração de 70. Na verdade, os sentimentos de tédio, mal estar civilizacional, impotência ante a necessidade histórica, pessimismo, depressão da vontade e nihilismo estão já bem marcados, em diferentes registos, nas obras de Antero, Oliveira Martins e Eça de Queiroz. E deixariam uma marca persistente na posterior problematização dos problemas portugueses. O inventário da desordem e desagregação do sistema liberal e de um mundo que mudava tão rápido aos olhos dos mais atentos observadores distanciava-os do optimismo existencial iluminista e da sua fé absoluta na razão como instrumento supostamente infalível no conhecimento dos problemas humanos. A própria ideia de um progresso unilinear e constante era questionada e posta de parte em nome da indeterminação. Os paralelos do declínio finissecular com Portugal nos finais do século XVI e com a queda da civilização romana eram invocados. O vazio, a noção da relatividade de todas as coisas e da insignificância da vida individual levava alguns a motivarem-se pelas filosofias e religiões orientais – caso do budismo. *Tout passe, tout lasse, tout casse*⁸¹ – era o espírito que levava Oliveira Martins a sentir-se atraído por livros sapienciais como o *Eclesiastes* ou o *Livro de Job*.

⁷⁷ BRANDÃO, Raúl – *Memórias*. Lisboa, 1998. T. I, p. 36.

⁷⁸ UNAMUNO, Miguel de – «Um povo suicida». In *Por terras de Portugal e da Espanha*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1989 (1ª ed., 1911; texto de Nov. de 1908). pp. 61-66.

⁷⁹ UNAMUNO – «As almas do purgatório em Portugal» (texto de Agosto de 1908). *Por terras...*, pp. 35-36.

⁸⁰ «No cinquentenário da morte de Unamuno um texto esquecido sobre Portugal». Notas de João Medina. *Colóquio/Letras*. N.º 94 (Nov. de 1986) pp. 77-82.

⁸¹ MARTINS – «Carta a Eça de Queiroz [10-06-1893]». In *Correspondência...*, p. 242.

O espírito de *Finis Patriae* prolonga-se para além da crise de 1890-92. O regresso do rotativismo a partir de 1893, a ditadura de Hintze Ribeiro e João Franco (1894-95) e o ambiente político dos finais do século e princípios do seguinte não contribuíram para melhorar as expectativas das elites portuguesas. As dissidências nos velhos partidos de notáveis da monarquia (Regenerador e Progressista), as alianças conjunturais com facções adversárias, a permanência do carácter oligárquico do regime (acentuado pelas restrições do sufrágio adoptadas em 1895), do caciquismo e do clientelismo contribuíram para bloquear as possibilidades de reforma do sistema e de renovação da elite. As críticas que Oliveira Martins tecera ao regime – a par de várias outras de homens ligados ao regime constitucional ou de republicanos – não foram tidas em conta. Se acrescentarmos as dificuldades financeiras (que apesar da melhoria relativa das contas públicas) se mantiveram, compreende-se que o ambiente pessimista se prolongasse. Na verdade, também o sentimento de impasse político se agravou nos últimos anos do reinado de D. Carlos, com a chamada ditadura de João Franco (1907-08).

Quando a poesia decadentista e simbolista continuava a ser dominada pelas atitudes derrotista e pessimista, Gomes Leal, poeta panfletário que desde 1881 alcançara grande audiência, abria o seu *Fim do Mundo* (1900) com a intenção de traçar o diagnóstico desse tempo de «apocalipse social» e decadência: «O Século vai findar na orgia e na demência./ Reina o luxo e o cancé. Caem bancos aos pares./- Façamos tua autópsia, ó louca decadência!»⁸². E previa um cataclismo, um grande conflito de «raças esfomeadas» na Europa. Por seu lado, no drama *O fim*, escrito pouco depois do Regicídio, no cenário de um paço real decadente e miserável, António Patrício encenava a decrepitude dos últimos tempos da monarquia. Uma velha rainha sonâmbula, «exilada» no seu próprio paço, exprimia esse momento de dissolução e incerteza, à espera do juízo final. E não faltavam sequer os tópicos do regresso de um antigo Rei (o desconhecido), da morte da raça, da loucura (da rainha, de uma aia), do triunfo pela morte⁸³.

Tempo fúnebre, *Finis patriae*, para além de fim do mundo, associava-se pois também ao fim de uma monarquia de sete séculos. Diverso, a este respeito, foi o caso da Espanha. Na verdade, se a derrota de 1898 representou um evidente fracasso militar, não se traduziu todavia numa ameaça para a monarquia da Restauração. Não houve nenhuma tentativa revolucionária contra o regime (ao invés do que sucedera em Portugal em 1891, um ano depois do Ultimatum inglês), nem sequer numa crise política ou financeira. Apesar de se ter saldado numa pesada derrota militar e na perda do império colonial, as consequências de El Desastre não terão sido catastróficas⁸⁴ (nem todos os historiadores espanhóis concordam todavia com esta interpretação⁸⁵). Já o Ultimatum teve consequências políticas relevantes na crise da Monarquia Constitucional portuguesa e na afirmação de uma consciência republicana. Contribuiu para a crise de confiança

⁸² LEAL, Gomes – «Mentiras sentimentais» In *Fim de um mundo. Sátiras modernas*. Ed. de José Carlos S. Pereira. Lisboa: Assírio e Alvim, 2000 (1ª ed., 1900), p. 52.

⁸³ PATRÍCIO, António – *O Fim. Pedro o Cru*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1990 (1ª ed. 1909).

⁸⁴ Vd. ESTEBAN DE VEGA, M – «Decadencia, «Desastre» y Regeneración ...». In *Los fines de siglo...*, pp. 62-66 e ÁLVAREZ JUNCO, J. – *Mater Dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*. Madrid, 2001, pp. 584-589.

⁸⁵ Caso de ELORZA, Antonio – «El 98 y la crisis del Estado-nación». In RUIZ-MANJÓN, O.; LANGA LAORGA, A. (Eds) – *Los significados del 98. La sociedad española en la génesis del siglo XX*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1999, pp. 73-77.

nacional que com ele coexiste. Mas não terá afectado as actividades conómicas. Ou seja, entre as realidades vividas e a sua dramatização em termos catastrofistas vai uma considerável distância.

3. A morte de Portugal para além do fim da monarquia

Não deixa de ser impressionante a frequência com que os mais marcantes intelectuais portugueses oitocentistas representaram o declínio da nação e a sua morte. Significativo é que fosse precisamente no tempo de afirmação dos intelectuais como grupo específico, não apenas em Portugal mas também em França e Espanha⁸⁶, que se multiplica toda uma literatura apocalíptica anunciando o fim próximo destas nações. Poder-se-á admitir que as narrativas trágicas das histórias nacionais, que se difundem tanto em Portugal como em Espanha por esta época, fizessem parte de uma estratégia de afirmação e alargamento da intervenção pública desses mesmos intelectuais. Terão as camadas populares aderido aos diagnósticos catastrofistas? Ao certo, não podemos sabê-lo. É impossível fazer um inquérito social a mais de um século de distância. Ainda assim, não poderá a opinião publicada transmitir indirectamente, de um modo mediato, tendências da opinião pública? Cremos que sim. Contudo, é de admitir que as camadas populares, em larga medida a viverem em condições difíceis, tenham permanecido alheias à problemática. Assim, por exemplo, na Primavera de 1898, logo no início da guerra entre a Espanha e os Estados Unidos instalou-se a convicção entre a corte e nas elites políticas portuguesas de que viria a ocorrer uma revolução republicana no país vizinho, na sequência da sua previsível derrota no conflito. E que, nesse caso, também em Portugal a monarquia podia ser derrubada⁸⁷. Ora se isto sucedia nos meios políticos mais informados, que pensar da maioria da população, rural e iletrada? Evidentemente, é de crer que se mantivesse alheia de tais conjecturas abstractas.

Seja como for, a consciência de que se vivia um momento de transição entre dois mundos, em que tudo era possível – salvação ou catástrofe – estava muito difundida entre uma *intelligentsia*, divorciada das condições concretas da sociedade portuguesa. Seria possível prolongar durante muito tempo aquele sentimento? O curso da história nesse imediato primeiro decénio do século XX mostrou que não. A sobrevalorização da morte e a obsessão do fim, já tão marcadas na cultura romântica – a que não faltaram, em 1903, o boato de que o fim do mundo estaria próximo, as interpretações apocalípticas do terramoto de 23 de Abril de 1909 e a passagem do cometa Halley (21 de Abril e 18-19 de Maio de 1910) – marcaram esse tempo perturbado. As expectativas de renovação que a ideia republicana transportava correspondiam afinal, em larga medida, ao sentimento de urgência de futuro que se difundia entre as camadas populares urbanas⁸⁸. Exemplo disso mesmo não foi a vitória das listas republicanas em Lisboa, em Novembro de 1908?

⁸⁶ FOX, Inman – *Ideologia y política en las letras del fin de siglo* (1898). Madrid: Espasa-Calpe 1988, pp. 13-23.

⁸⁷ MATOS, Sérgio Campos – «A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal». In *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras, 2002. Vol. II, pp. 156-161.

⁸⁸ CATROGA, Fernando – «Decadência e Regeneração no imaginário do republicanismo português dos finais do século XIX». In *Los 98 Ibéricos...*, Vol. III. pp. 432-435.

Poder-se-ia pensar que o colapso da Monarquia Constitucional e a instauração de um novo regime político puseram fim às elocubrações sobre o *Finis Patriae*, tanto mais que, longamente esperada, a ideia de República ganhara uma marca mítica e messiânica. Como se sabe, uma vez instaurado, em 5 Outubro de 1910, não tardaria que o novo regime entrasse em crise – crise política, social, económica – agravada pela conflituosidade social, a radicalização da questão religiosa e a Grande Guerra de 1914-18. Na dificuldade de se gerir a alternância no poder de programas políticos diversos (foi inviável construir um partido republicano conservador que alternasse com o Partido Democrático), depressa se voltou à lógica da relação queda/reparação. Em 1912, em carta dirigida ao seu amigo Luís de Magalhães, António Feijó, então Embaixador em Estocolmo, exprimia o seu receio (que também era o de um outro amigo seu não identificado) de que Portugal viesse a perder a independência política a curto prazo. Para Feijó, uma futura «restauração, mesmo que fosse possível, não seria senão a continuação do que está, virado do avesso»⁸⁹. Na verdade, a dramatização dessa dicotomia – renascimento ou morte – difundira-se muito desde a crise de 1890-92.

Já Anselmo de Andrade chamara a atenção que essa era a lógica em que frutificava o messianismo. E Lúcio de Azevedo sublinhara que este messianismo se fortalecia nos momentos de crise⁹⁰. O sentimento de urgência na busca de um Messias nos últimos anos da monarquia, o culto popular que se desenvolveu em torno da figura de Sidónio Pais, o debate sobre o perfil do herói português no decénio de 1920, as expectativas de ordem pública e da emergência de um Estado forte – às quais corresponderia a partir de 1933 o Estado Novo⁹¹ –, transportavam afinal anseios de superação de um presente decepcionante ou até inaceitável. Ao dramatizarem o presente e o passado, os discursos messiânicos, marcadamente ideológicos, facilmente recorriam a argumentos em que as ameaças de morte da Pátria eram vistas enquanto responsabilidade dos inimigos políticos: assim, por exemplo, sectores republicanos na oposição identificaram a Ditadura Militar com o perigo espanhol e um Iberismo que levaria à ruína da nação; ou, já durante o regime de Salazar, sectores conservadores – designadamente um certo catolicismo providencialista e messiânico – associaram comunismo e morte⁹².

Ainda hoje, passados que são mais de trinta anos sobre a instauração do regime democrático, o tópico do *Finis Patriae* está longe de se ter esgotado. Findo o Império, nos anos que se seguiram ao 25 de Abril, o debate centrou-se nas alternativas então abertas: a vocação de Portugal devia dirigir-se para a Europa, para o Atlântico – tendo em vista os novos estados africanos de língua portuguesa e o Brasil – ou, em termos mais gerais para o movimento dos Não-alinhados (a então designada opção terceiro-

⁸⁹ FEIJÓ, António – «Carta a Luís de Magalhães de 7-10-1912». In MATOS, A. Campos – *O mistério da estrada de Ponte de Lima*. Lisboa: L. Horizonte, 2001, pp. 58-59 e p. 18. E prosseguia «O mal está nos homens e esses não se mudam com sublevações nem revoltas». Ou seja, não vislumbrava possibilidade de reconstruir o país com os mesmos homens e, sobretudo, com os militares.

⁹⁰ ANDRADE, Anselmo de – *Epopeias da história*. Lisboa: Tip. Universal, 1866, p. 73 e AZEVEDO, Lúcio de – *O messianismo na História de Portugal*. Porto: Ed. Cultura, [1952], p. 19.

⁹¹ Vd. CHORÃO, Luís Bigotte – *A crise da República e a Ditadura Militar*. Lisboa: Sextante, 2009.

⁹² MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.) – *Literatura clandestina em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, 1990. Vol. I, 53 e FONTES, Paulo O. – «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia». In AZEVEDO, Carlos M. (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 3, p. 157.

-mundista)? A reflexão sobre o percurso histórico nacional ficou bem documentada primeiro na ficção, depois no cinema, no ensaio e nas ciências humanas, com destaque para a história. A euforia da adesão europeia acabaria por dissipar-se na controversa administração dessa oportunidade histórica que foi a integração na Comunidade Europeia, bem traduzida na frieza dos indicadores económicos e financeiros quando comparados com as estatísticas de outras nações. Não surpreende pois que, nos últimos anos, em ambiente de crise financeira, jornalistas, romancistas, historiadores e ensaístas continuassem a problematizar a viabilidade de Portugal. A própria expressão *Finis Patriae* voltou a ser usada com frequência, estabelecendo-se, por vezes, um paralelo com a situação vivida em finais de Oitocentos. Em Novembro de 1998, um debate televisivo entre Mário Soares e Álvaro Cunhal, promovido pelo Instituto de Defesa Nacional, subordinava-se ao tema *A União Europeia e a crise de independência/identidade nacional*. O debate centrava-se na questão da soberania nacional num contexto de mundialização e de afirmação das instituições supra-nacionais europeias. *Finis Patriae* estava presente no próprio título. Estaria a União Europeia a pôr em risco o lugar do Estado-Nação? Os chamados eurocépticos viam no federalismo o *Finis Patriae* anunciado. Como é sabido, a própria integração de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, não fora unânime: entre os seus críticos encontravam-se, por razões distintas, sectores da direita mais conservadora e, à esquerda, o Partido Comunista Português.

Nos dois últimos decénios, a integração europeia e o desenvolvimento do mercado ibérico – com o crescente investimento de capitais espanhóis em Portugal – fez ressurgir, sobretudo em sectores políticos conservadores, o receio do iberismo e da perda da independência nacional no seio de uma nova Ibéria. Regressaram os velhos fantasmas da fusão ibérica⁹³. A crise financeira que se acentuou em 2001 e as demissões de dois primeiro-ministros (António Guterres em Abril de 2002 e Durão Barroso em Junho de 2004, embora por razões bem diversas), os modestos índices da economia portuguesa e o desempenho negativo das finanças públicas contribuíram para forjar um ambiente pessimista sobre o presente e o futuro: «Isto não tem saída. Portugal acabou, estamos condenados à mediocridade... – ouve-se cada vez mais»⁹⁴. Multiplicaram-se as alusões a duas analogias produzidas pelos referidos primeiro-ministros – uma delas a justificar um abandono do cargo, o risco de a situação portuguesa cair num «pântano» (Guterres); a outra, pouco após uma tomada de posse, considerando o país «de tanga» (Durão Barroso). E mais recentemente, a propósito do agravamento do défice das contas públicas e das pressões de uma agência internacional de *rating* insiste-se no tema da «morte lenta» ou na ameaça de que Portugal pode acabar⁹⁵.

Uma última questão se pode colocar: haverá uma continuidade entre este espírito de *Finis Patriae* dos últimos anos e a atitude pessimista dos finais do século XIX – princípios do século XX? Decerto. Na verdade, a herança da atitude crítica e pessimista de Oliveira Martins e de Eça de Queiroz atravessa todo o século XX e permanece bem viva, ainda hoje, em sectores da intelectualidade portuguesa. Por outro lado, um patriotismo localista

⁹³ A imprensa periódica portuguesa e espanhola assinalaram estes receios. Veja-se, por exemplo, TAVARES, Miguel de Sousa – «Haverá saída?». *O Público* (24-07-2005) p. 8.

⁹⁴ CABRAL, Francisco Saresfield – «Opiniões. Tentar perceber». *Diário de Notícias* (22-08-2005).

⁹⁵ VALENTE, V. – «Morte lenta». *Público* (15-01-2010) p. 44.

bem enraizado nas camadas populares, patente na valorização das diferenças nacionais e regionais, coexiste com aquela atitude. Poder-se-iam dar exemplos da osmose das duas atitudes em pessoas oriundas da elite intelectual e noutras provenientes de meios sociais desfavorecidos. Seja como for, é significativo que de acordo com os resultados de um recente inquérito, a esmagadora maioria dos Portugueses (92%) tenha orgulho na história da nação (92%), nas artes e na literatura do seu país⁹⁶. O que contrasta com o ambiente pessimista que vivem as elites nos últimos anos.

Nos finais de Oitocentos e grande parte do século seguinte, o tópico do fim da pátria prendia-se com o muito difundido biologismo social que, em termos deterministas, antecipava o futuro, dramatizando a catástrofe iminente. O apocalipse da nação, como todas as sensibilidades apocalípticas, transportava consigo uma intencionalidade de redenção e ressurgimento – quando não de revolução social e política. Esta aspiração de renascença correspondia afinal às expectativas do homem moderno, dividido entre o mundo tradicional e o novo mundo saído das transformações da Revolução Industrial. Num tempo de laicização, em que Nietzsche anunciara a morte de Deus, o sentimento de desenraizamento e Queda generalizava-se entre os intelectuais europeus. Mas a obsessão do fim trazia consigo a intencionalidade de reinício e renovação. Numa nação da periferia ocidental europeia que parecia resistir à modernidade, compreende-se assim que, nos finais do século XIX, tantos intelectuais aderissem a uma narrativa unilinear da histórica da nação – queda, expiação, redenção⁹⁷ – que, afinal, tem uma matriz cristã. Com Oliveira Martins, essa narrativa do declínio adquiriu um cariz trágico. Dramatizava-se a ideia de fim – da monarquia, da pátria, da nação, do século, do mundo – como se esse fim anunciado fosse a condição para a renovação. Processo adoptado também pelos chamados regeneracionistas em Espanha⁹⁸.

Um século depois, num contexto nacional e internacional bem distinto, noutra época de incerteza, quando ruíram as grandes narrativas historicistas que antecipavam estádios futuros de progresso social pré-inscritos em passados idealizados (e por isso mesmo representados em termos abstractos), quando as grandes crenças finalistas parecem esgotadas – a atitude de dramatização do *Finis Patriae* permanece noutros termos. Cepticismo e descrença em relação às possibilidades de Portugal acompanhar as nações mais desenvolvidas da Europa? Ensimesmado conformismo? Ou ainda, vaga nostalgia de dissolução no nada, para que seja possível renascer no dia «inicial inteiro e limpo» de que falava Sophia em 1974?

⁹⁶ «A História e o futebol são motivo de orgulho para os Portugueses...». *Público* (28-02-2007) p. 8.

⁹⁷ VIÇOSO, Vítor – «A literatura portuguesa e a crise finissecular». In MATOS, Sérgio Campos (coord.) – *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: CHUL, 2002, p. 124. Também em Espanha, cf. CALVO CARILLA, J. – *La cara oculta del 98*. Madrid: Cátedra, 1998, pp. 96-97.

⁹⁸ JULIÁ DÍAZ, Santos – «Retóricas de muerte y resurrección: los intelectuales en la crisis de conciencia nacional». In JULIÁ DÍAZ, Santos (coord.) – *Debates en torno al 98*. Madrid: Consejería de Educación y Cultura, 1998, pp. 168-170.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVAREZ JUNCO, J. – *Mater Dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*. Madrid: Taurus, 2001.
- CATROGA, Fernando – *Caminhos do fim da história*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- CEREZO GALÁN, Pedro – «El 98 y la crisis de fin de siglo». In: *La crisis española de fin de siglo y la Generación del 98*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1999.
- COELHO, Maria T. Pinto – *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finisecular*. Lisboa: Cosmos, 1996.
- DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident*. Paris: Fayard, 1878.
- ESTEBAN, M. e MORALES, A. (eds.) – *Los fines de siglo en España y Portugal*. Jaén: Universidad de Jaén, 1999.
- HERMAN, Arthur – *The idea of decline in Western History*. Nova Iorque; Londres: The Free Press, 1997.
- KERMODE, Frank – *A sensibilidade apocalíptica*. Pref. de José A. Mourão. Lisboa: Ed. Século XXI, 1997.
- LAÍN ENTRALGO, Pedro; SECO SERRANO, Carlos (eds.) – *España en 1898. Las claves del Desastre*. Barcelona: Galaxia Gutenberg; C. de Lectores, 1998.
- LAQUEUR, Walter – *Fin de Siècle and other essays on America & Europe*. New Brunswick; Londres: Transaction Publishers, 1997.
- MATOS, Sérgio Campos (coord.) – *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: CHUL, 2002.
- MILZA, Pierre – *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- PEREIRA, José Carlos Seabra – *Do fim-de-século ao modernismo*. Lisboa: Verbo, 1995.
- PICK, Daniel – *Faces of degeneration. A European disorder 1848-c.1918*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1989.
- RAMOS, José Augusto – «A literatura apocalíptica e a ideia de ordem e de fim». *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*. N.º 1 (Junho de 2002).
- JULIÁ DÍAZ, Santos – «Retóricas de muerte y resurrección: los intelectuales en la crisis de conciencia nacional». In JULIÁ DÍAZ, Santos (coord.) – *Debates en torno al 98: Estado, sociedad y política*. Madrid: Comunidad de Madrid, CEC, 1998, pp. 168-170.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang – *The culture of defeat*. Londres: Granta Books, 2003.
- UCELAY-DA CAL, Enric – «Como cobertir a los perdedores en ganadores? Un ensayo sobre la proyección finisecular de las identidades en los países menos industrializados». In *Los 98 Ibéricos y el mar*. Madrid: Sociedad Estatal Lisboa '98, 1998. T. II, pp. 163-191.
- WEBER, Eugen – *France Fin de Siècle*. Cambridge Mass.; Londres: Harvard University Press, 1986.